FRACASSO ESCOLAR E DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL: O QUE DIRIA PAULO FREIRE E DERMEVAL SAVIANI?

ALINE CAPONI GUSSI

RESUMO
Este artigo discute o fracasso escolar no Brasil a partir das desigualdades sociais, utilizando como referência as obras de Paulo Freire e Dermeval Saviani, dois dos mais importantes pensadores da educação brasileira. A análise aborda como as condições socioeconômicas desfavoráveis, como a pobreza, a falta de acesso a serviços básicos e a exposição à violência, impactam diretamente o desempenho dos estudantes, perpetuando ciclos de exclusão e reproduzindo as desigualdades existentes na sociedade. Além disso, a falta de políticas públicas adequadas, que garantam infraestrutura escolar de qualidade, formação docente contextualizada e apoio socioemocional aos alunos, agrava o problema. Paulo Freire, em sua obra Pedagogia do Oprimido, enfatiza que a educação deve ser um ato de libertação, capaz de dialogar com as realidades dos estudantes e empoderá-los para transformar suas condições de vida. Já Dermeval Saviani, em Escola e Democracia, critica a visão reducionista da educação como mera preparação para o mercado de trabalho, defendendo uma pedagogia histórico-crítica que promova o acesso ao conhecimento científico e cultural como direito de todos. Conclui-se que a educação deve ser compreendida como um instrumento de transformação social, capaz de superar as barreiras impostas pela pobreza e pela marginalização, garantindo a todos os estudantes oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Fracasso escolar, desigualdades sociais, Paulo Freire, Dermeval Saviani, educação brasileira.

ABSTRACT
This article discusses school failure in Brazil from the perspective of social inequalities, using the works of Paulo Freire and Dermeval Saviani, two of the most important Brazilian educational thinkers, as references. The analysis addresses how unfavorable socioeconomic conditions, such as poverty, lack of access to basic services, and exposure to violence, directly impact students' performance, perpetuating cycles of exclusion and reproducing existing societal inequalities. Furthermore, the lack of adequate public policies that ensure quality school infrastructure, contextualized teacher training, and socioemotional support for students exacerbates the problem. In his work Pedagogy of the Oppressed, Paulo Freire emphasizes that education should be an act of liberation, capable of engaging with students' realities and empowering them to transform their living conditions. Meanwhile, Dermeval Saviani, in School and Democracy, criticizes the reductionist view of education as mere preparation for the labor market, advocating for a historical-critical pedagogy that promotes access to scientific and cultural knowledge as a universal right. The article concludes that education must be understood as an instrument of social transformation, capable of overcoming the barriers imposed by poverty and marginalization, ensuring all students real opportunities for learning and development.

KEYWORDS: School failure, social inequalities, Paulo Freire, Dermeval Saviani, Brazilian education.

INTRODUÇÃO

O fracasso escolar é um fenômeno complexo e multifacetado, que não pode ser compreendido sem considerar as condições sociais, econômicas e culturais dos estudantes. No Brasil, esse problema está intimamente ligado às desigualdades estruturais que historicamente marginalizam grande parte da população. Segundo Freire (1987), a educação não pode ser analisada isoladamente, pois está inserida em um contexto social mais amplo, marcado por relações de poder e opressão. O autor argumenta que a escola, quando estruturada de forma bancária, reforça as desigualdades ao não considerar os saberes e experiências dos alunos provenientes das camadas populares. Dessa for-

ma, a exclusão e a evasão escolar tornam-se consequências previsíveis de um sistema que não dialoga com a realidade dos estudantes.

Nesse sentido, Saviani (2008) aponta que a educação brasileira reflete a estrutura social excludente, pois historicamente foi organizada para atender a interesses das classes dominantes. Em sua teoria da Pedagogia Histórico-Crítica, ele destaca que o fracasso escolar não pode ser entendido apenas como uma deficiência individual dos alunos, mas sim como resultado de uma escola que, muitas vezes, não oferece as condições necessárias para a aprendizagem efetiva. O autor ressalta a necessidade de uma educação que supere a reprodução das desigualdades e contribua para a formação crítica e emancipatória dos sujeitos.

Diante disso, torna-se fundamental analisar como as questões sociais influenciam diretamente o desempenho dos alunos, considerando a complexidade do contexto socioeconômico em que estão inseridos. No Brasil, a desigualdade social tem impacto direto no acesso e na permanência escolar, gerando desafios que ultrapassam o ambiente da sala de aula e afetam significativamente a trajetória educacional dos estudantes. Fatores como a precariedade das condições de vida, a falta de acesso a materiais escolares adequados e a necessidade de trabalhar desde cedo representam barreiras concretas para o aprendizado. Segundo estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021), crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam maior risco de evasão escolar devido à necessidade de contribuir para a renda familiar. O trabalho infantil, muitas vezes informal e precário, compromete o tempo e a energia dos estudantes, reduzindo sua participação nas atividades escolares e afetando seu desempenho acadêmico (SOARES; ANDRADE, 2019).

Além disso, a falta de acesso a materiais escolares e recursos pedagógicos de qualidade reforça as desigualdades educacionais. Enquanto alunos de escolas privadas frequentemente dispõem de livros, tecnologia e espaços adequados para estudo, muitos estudantes da rede pública enfrentam a escassez de materiais básicos, como cadernos, lápis e livros didáticos atualizados. Essa desigualdade estrutural impacta a motivação e a capacidade de aprendizado, criando um cenário em que a meritocracia se torna uma ilusão, pois nem todos os estudantes partem das mesmas condições (DOWBOR, 2018). Essa disparidade material se traduz, muitas vezes, em uma desmotivação e em uma percepção de que a escola não oferece as ferramentas necessárias para o sucesso, aprofundando o sentimento de inadequação e a possibilidade de abandono.

Como destacam Arroyo e Fernandes (1995), a escola precisa reconhecer a realidade dos estudantes e adotar práticas pedagógicas que considerem suas trajetórias e contextos. Isso significa que a educação deve ir além da simples transmissão de conteúdos, assumindo um papel ativo na construção da cidadania e na valorização das vivências dos alunos. Freire (1987) reforça essa ideia ao argumentar que a aprendizagem só pode ser significativa quando está conectada à realidade do estudante, tornando-se um instrumento de emancipação e transformação social. A negligência a essa interconexão entre vida e saber gera uma educação distante e irrelevante para a experiência dos estudantes, especialmente aqueles de contextos mais vulneráveis.

O FRACASSO ESCOLAR COMO MANIFESTAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

A compreensão do fracasso escolar como um sintoma da desigualdade social exige uma análise aprofundada dos mecanismos pelos quais a estrutura social se perpetua através do sistema educacional. Bourdieu (1998), com sua teoria do capital cultural, oferece uma lente poderosa para entender como a escola, embora aparentemente meritocrática, tende a reproduzir as desigualdades existentes na sociedade. Ele argumenta que a escola opera com base em um conjunto de valores, normas e conhecimentos que são mais familiares e valorizados pelas classes dominantes. Assim, estudantes que já possuem esse capital cultural – adquirido no ambiente familiar e social – encontram maior facilidade em se adaptar e ter sucesso no ambiente escolar, enquanto

aqueles de classes desfavorecidas, que não compartilham desse capital, enfrentam uma barreira invisível, sentindo-se muitas vezes marginalizados e incapazes. O fracasso, nesse contexto, não é uma falha individual, mas uma consequência de um sistema que não reconhece e valoriza a diversidade de capitais culturais presentes na sociedade.

Essa reprodução das desigualdades se manifesta de diversas formas. A carência de estímulos intelectuais no ambiente familiar, a falta de acesso a bens culturais como livros e museus, e a ausência de um vocabulário formalizado em casa, são elementos que, embora não determinem a capacidade de aprendizado, influenciam a desenvoltura do aluno no contexto escolar. A escola, ao não compensar essas diferenças iniciais, acaba por reforçar as desvantagens, tornando o acesso ao conhecimento mais árduo para aqueles que já chegam com um "déficit" de capital cultural.

DESAFIOS SISTÊMICOS E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS INTERSETORIAIS

A persistência do fracasso escolar no Brasil também é intrinsecamente ligada a desafios sistêmicos que vão além da dinâmica da sala de aula. A falta de investimentos adequados em infraestrutura escolar, a precarização das condições de trabalho dos professores e a ausência de uma política de Estado robusta para a educação são fatores que contribuem para a perpetuação do problema. Escolas em comunidades carentes frequentemente carecem de bibliotecas, laboratórios e até mesmo de saneamento básico, impactando diretamente a qualidade do ensino e a dignidade dos estudantes. A rotatividade de professores, a ausência de planos de carreira atrativos e a falta de formação continuada para lidar com a diversidade de realidades dos alunos são outros pontos críticos que enfraquecem o sistema.

Nesse sentido, repensar o modelo educacional brasileiro à luz das contribuições de Freire e Saviani possibilita uma compreensão mais ampla do fracasso escolar e abre caminhos para políticas educacionais mais inclusivas e equitativas. Saviani (2008) aponta que a educação deve ser concebida como um direito social que exige investimento público efetivo, garantindo condições materiais adequadas para a aprendizagem e reduzindo as disparidades regionais e socioeconômicas. A ampliação de programas de assistência estudantil, a melhoria na formação docente e o fortalecimento do ensino integral são algumas das estratégias que podem contribuir para um sistema educacional mais justo e democrático.

A eficácia dessas estratégias depende, no entanto, da articulação de políticas intersetoriais. O fracasso escolar não pode ser combatido apenas com ações no âmbito educacional; ele exige a colaboração de outras áreas, como a saúde, a assistência social e a segurança pública. Por exemplo, programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e iniciativas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), já demonstraram impactos positivos na redução da evasão e na melhoria do rendimento escolar, evidenciando que ações integradas são fundamentais para garantir uma educação de qualidade. Carnoy (2018) reforça que a relação entre desigualdade social e fracasso escolar evidencia a necessidade de um olhar sistêmico para a educação, considerando que fatores como pobreza, insegurança alimentar, falta de acesso à tecnologia e trabalho infantil impactam diretamente o rendimento dos alunos. Dessa forma, não basta apenas oferecer vagas na escola; é fundamental garantir condições adequadas para que os estudantes permaneçam e se desenvolvam de maneira plena no ambiente escolar.

O desafio é estrutural e exige um compromisso coletivo entre governos, escolas, famílias e sociedade civil para transformar a educação em um verdadeiro instrumento de mobilidade social. Para romper com esse ciclo, é necessário investir em políticas afirmativas, formação docente continuada e estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade sociocultural dos estudantes. Além disso, o papel do Estado na promoção da equidade educacional passa pela ampliação do financiamento para educação pública, pela implementação de programas de assistência estudantil e pelo fortalecimento de iniciativas como a educação integral, que oferecem suporte pedagógico e social aos

alunos em situação de vulnerabilidade (SAVIANI, 2008).

A construção de uma sociedade mais justa depende de uma educação que reconheça e combata as desigualdades desde a base. Como ressalta Paulo Freire (1987), a educação deve ser um ato político, capaz de formar cidadãos críticos e conscientes de sua realidade. Isso significa que as escolas devem atuar não apenas como espaços de transmissão de conhecimento, mas também como ambientes que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes, fortalecendo sua autonomia, identidade e participação social. Sendo assim, enfrentar as barreiras sociais que afetam a educação exige um compromisso contínuo com a transformação das estruturas que perpetuam a desigualdade. Somente por meio de políticas públicas eficazes, práticas pedagógicas inclusivas e uma visão educacional comprometida com a justiça social será possível garantir que todos os alunos tenham acesso a uma formação digna e emancipatória, contribuindo para a construção de um futuro mais equitativo para as próximas gerações.

DESENVOLVIMENTO

Paulo Freire, em sua obra Pedagogia do Oprimido (1987), afirma que "a educação é um ato político" (p. 23), destacando que o sistema educacional não é neutro e reflete as relações de poder da sociedade. Essa perspectiva revela que a escola pode tanto reproduzir as desigualdades sociais quanto ser um espaço de transformação e emancipação. Para Freire, a educação tradicional, baseada na memorização mecânica e na passividade dos alunos, contribui para a manutenção do status quo, ao invés de possibilitar uma formação crítica e reflexiva. Ele argumenta que o fracasso escolar não pode ser analisado isoladamente, pois está diretamente relacionado às condições estruturais e históricas da sociedade, que marginalizam determinados grupos sociais e dificultam seu acesso ao conhecimento.

Nesse sentido, Freire propõe a pedagogia do oprimido, que se baseia no diálogo e na valorização da cultura e das experiências dos estudantes. Ele critica o modelo bancário de educação, no qual o professor deposita conhecimentos nos alunos sem considerar suas vivências e conhecimentos prévios. Em contraposição, defende uma abordagem libertadora, em que os educandos são protagonistas do seu aprendizado e participam ativamente da construção do conhecimento (FREIRE, 1987). Segundo o autor, quando a educação ignora o contexto dos estudantes e não dialoga com sua realidade, ela contribui para a perpetuação da exclusão e do fracasso escolar.

A pedagogia crítica de Freire também enfatiza a importância da conscientização, que permite aos estudantes compreenderem sua posição na sociedade e se tornarem agentes de mudança. Essa abordagem tem grande relevância na luta contra o fracasso escolar, pois reconhece que a educação deve ir além da mera transmissão de conteúdos, sendo um instrumento de empoderamento social e político (FREIRE, 1996). Quando os alunos se identificam com o conhecimento e o veem como algo significativo para sua vida, há uma maior motivação para aprender e permanecer na escola, reduzindo os índices de evasão e repetência.

Pesquisadores como Gadotti (2005) e Arroyo (2011) reforçam que a pedagogia freireana continua sendo uma referência fundamental para compreender e enfrentar os desafios educacionais contemporâneos. Eles destacam que políticas educacionais inspiradas nesse pensamento devem priorizar metodologias participativas, formação docente voltada para a escuta ativa dos alunos e currículos que dialoguem com a realidade social. O fracasso escolar, portanto, não é uma falha individual dos estudantes, mas um reflexo de um sistema educacional que muitas vezes não atende às suas necessidades e particularidades.

Assim, ao considerar as contribuições de Freire, percebe-se que enfrentar o fracasso escolar exige uma educação comprometida com a justiça social, a equidade e a construção de um ambiente escolar que valorize os saberes dos estudantes. A pedagogia crítica propõe um modelo educacional que não apenas instrui, mas também forma cidadãos capazes de transformar sua realidade e combater as desigualdades que historicamente limitam suas oportunidades.

Dermeval Saviani, em Escola e Democracia (2008), complementa essa perspectiva ao criticar a "teoria do capital humano", que reduz a educação a um mero instrumento de formação para o mercado de trabalho. Saviani argumenta que o fracasso escolar é fruto de uma escola que não cumpre sua função social de garantir o acesso ao conhecimento científico e cultural a todos. Ele propõe uma "pedagogia histórico-crítica", que vise a superação das desigualdades por meio da democratização do saber.

CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E O IMPACTO NO DESEMPENHO ESCOLAR

A realidade brasileira evidencia como as condições socioeconômicas impactam o desempenho escolar. A desigualdade social e econômica do país reflete diretamente na educação, criando barreiras para que estudantes de baixa renda tenham um desempenho escolar satisfatório. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2020), estudantes oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social apresentam índices mais elevados de reprovação e evasão escolar. Esse fenômeno está relacionado a uma série de dificuldades que comprometem sua trajetória acadêmica, incluindo a falta de alimentação adequada, o transporte escolar precário e a exposição à violência.

A alimentação é um fator essencial para o aprendizado, pois influencia diretamente a concentração e o desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2019), a insegurança alimentar afeta milhões de brasileiros, sendo um problema especialmente grave entre estudantes da rede pública. Crianças que frequentam a escola sem ter acesso a uma alimentação adequada podem apresentar dificuldades de atenção, fadiga e menor capacidade de retenção do conteúdo ensinado (SOARES; REIS, 2017). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) busca amenizar esse problema, mas sua implementação ainda enfrenta desafios em diversas regiões do país, principalmente nas áreas rurais e periféricas.

Outro fator relevante é o transporte escolar precário, que afeta principalmente estudantes de zonas rurais e comunidades afastadas dos centros urbanos. Conforme aponta o Censo Escolar (INEP, 2020), muitas crianças precisam percorrer grandes distâncias para chegar às escolas, frequentemente enfrentando estradas sem pavimentação e veículos em más condições. Essa realidade contribui para o absenteísmo e, em alguns casos, para a evasão escolar, uma vez que a dificuldade de acesso à escola se torna um desestímulo à frequência regular.

Além disso, a exposição à violência tem um impacto significativo na permanência dos estudantes no ambiente escolar. Estudos demonstram que crianças e adolescentes que vivem em comunidades marcadas por altos índices de criminalidade enfrentam dificuldades emocionais e psicológicas que comprometem seu aprendizado (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006). A violência pode se manifestar tanto no ambiente escolar, por meio de episódios de bullying e agressões, quanto no percurso até a escola, colocando em risco a segurança dos alunos. Em algumas regiões, o medo de conflitos armados faz com que muitos estudantes evitem frequentar as aulas regularmente, o que compromete seu rendimento acadêmico e aumenta os índices de evasão.

Portanto, o desempenho escolar não pode ser analisado isoladamente, mas sim à luz das condições socioeconômicas que impactam a vida dos estudantes. A relação entre desigualdade social e educação é amplamente discutida por pesquisadores da área, que destacam como fatores como pobreza, insegurança alimentar, falta de acesso a transporte e violência urbana afetam significativamente a aprendizagem (CARVALHO, 2018). Segundo o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2022), crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade têm menos chances de concluir o ensino básico, refletindo a necessidade de ações que garantam equidade no sistema educacional.

O PAPEL DA FORMAÇÃO DOCENTE E DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A superação dessas barreiras exige políticas públicas eficazes que garantam não apenas

o acesso à educação, mas também a permanência dos alunos na escola, com condições adequadas para seu aprendizado e desenvolvimento. Para isso, é essencial que as políticas educacionais sejam integradas a outras áreas, como assistência social e saúde, promovendo um suporte amplo aos estudantes e suas famílias. Segundo Saviani (2008), a educação precisa ser vista como um direito fundamental que exige um compromisso coletivo para sua efetivação, o que inclui investimento na infraestrutura escolar, formação de professores e programas de assistência estudantil.

Além disso, medidas como a ampliação do ensino em tempo integral, a distribuição de materiais escolares e a oferta de alimentação de qualidade nas escolas públicas são essenciais para mitigar os efeitos das desigualdades socioeconômicas sobre o aprendizado (SOARES; ANDRADE, 2019). A implementação de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, também tem se mostrado eficaz na redução da evasão escolar, garantindo que os estudantes permaneçam na escola e tenham melhores condições de aprendizagem (IPEA, 2021).

Outro aspecto importante é a necessidade de repensar as práticas pedagógicas para que sejam mais inclusivas e dialoguem com a realidade dos alunos. Freire (1987) argumenta que uma educação libertadora deve considerar o contexto social dos estudantes, promovendo uma aprendizagem significativa e conectada à sua vivência. Nesse sentido, metodologias ativas, como projetos interdisciplinares e ensino baseado em problemas, podem tornar a escola um espaço mais atrativo e participativo, reduzindo o abandono escolar e favorecendo o sucesso acadêmico.

A formação continuada de professores emerge como um pilar fundamental para a construção de uma educação equitativa e de qualidade. O professor, ao lado do aluno, é protagonista do processo de ensino-aprendizagem e sua capacidade de mediar o conhecimento, de compreender as realidades dos estudantes e de adaptar suas práticas pedagógicas é crucial. A falta de formação específica para lidar com a diversidade em sala de aula, seja ela de cunho socioeconômico, cultural, ou de necessidades educacionais especiais, é um fator que agrava o fracasso escolar. É necessário que os programas de formação docente incorporem os princípios da pedagogia freireana e histórico-crítica, capacitando os educadores a desenvolverem uma escuta ativa, a valorizarem o repertório dos alunos e a construírem estratégias de ensino que promovam a autonomia e o pensamento crítico.

A educação inclusiva, em sua concepção mais ampla, não se restringe apenas à inclusão de alunos com deficiência, mas abrange a ideia de uma escola capaz de acolher e atender a todas as formas de diversidade presentes na sociedade. Isso implica em reconhecer que cada estudante traz consigo um conjunto único de experiências, conhecimentos prévios e formas de aprender. A escola deve ser um ambiente flexível e adaptável, com currículos que permitam diferentes percursos de aprendizagem e avaliações que considerem o processo e o desenvolvimento individual de cada aluno. A ausência de uma verdadeira cultura inclusiva nas escolas contribui para que muitos estudantes se sintam excluídos e desmotivados, culminando no abandono escolar.

Ademais, o envolvimento da família no processo educacional dos filhos é um fator de grande impacto. Muitas vezes, famílias em situação de vulnerabilidade social enfrentam desafios que as impedem de participar ativamente da vida escolar de seus filhos, como a falta de tempo devido a múltiplas jornadas de trabalho, a baixa escolaridade dos pais ou a falta de informação sobre a importância da educação. É fundamental que as políticas educacionais desenvolvam estratégias para fortalecer o vínculo entre escola e família, criando canais de comunicação eficazes e oferecendo apoio e orientação para que os pais possam acompanhar e incentivar o aprendizado de seus filhos. Programas de parentalidade positiva e oficinas educativas para famílias podem ser ferramentas valiosas nesse processo.

Dessa forma, a superação dos desafios que comprometem o desempenho escolar passa pela formulação e implementação de políticas públicas que garantam equidade educacional e ofereçam suporte adequado para que todos os estudantes tenham oportuni-

dades reais de aprendizagem. Investir na educação como um direito e um bem público é um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fracasso escolar no Brasil não é um fenômeno isolado, mas um reflexo vívido das profundas desigualdades sociais que historicamente moldam a estrutura do nosso país. Para milhões de crianças e adolescentes, a escola não é apenas um espaço de aprendizado, mas um campo de batalha diário contra as adversidades impostas por um sistema que, muitas vezes, falha em reconhecer suas realidades, suas culturas e seus imensos potenciais. A educação, em sua essência, não é neutra; ela está intrinsecamente ligada às relações de poder e à marginalização de grandes parcelas da nossa população. Compreender essa dinâmica é o primeiro passo para desmantelar os ciclos de exclusão.

Uma das maiores armadilhas que contribuem para o fracasso escolar é a persistência de um modelo de ensino que chamamos de "educação bancária". Nesse formato, o conhecimento é apenas depositado no aluno, como se ele fosse um recipiente vazio a ser preenchido. Essa abordagem passiva desconsidera os saberes prévios, as experiências de vida e os contextos culturais dos estudantes, especialmente aqueles vindos de comunidades menos favorecidas. Ao ignorar essa riqueza de conhecimentos que os alunos já trazem consigo, a escola não só se torna irrelevante, mas também contribui para a reprodução das desigualdades, transformando o processo de ensino em uma mera formalidade que valida a ordem social existente, em vez de um caminho para a emancipação. É urgente que a escola se torne um ambiente onde o conhecimento seja construído coletivamente, onde o diálogo seja a base e onde a voz e a participação ativa de cada estudante sejam genuinamente valorizadas.

Para que a educação cumpra sua verdadeira função social de democratizar o saber, é fundamental que ela vá além de simplesmente abrir as portas das escolas. É preciso assegurar condições concretas para o aprendizado. Isso implica garantir infraestrutura escolar de qualidade, com salas de aula adequadas, bibliotecas, laboratórios e espaços de lazer. Significa também que nenhum aluno deve ter seu aprendizado comprometido pela falta de alimentação adequada ou por um transporte escolar precário e inseguro. A disponibilidade de materiais didáticos atualizados e acessíveis, além de recursos tecnológicos, é igualmente crucial para nivelar as oportunidades. Sem esses pilares materiais e pedagógicos, a aprendizagem se torna um privilégio para poucos, não um direito fundamental para todos.

A superação do fracasso escolar demanda um compromisso sério e abrangente com políticas públicas estruturantes. Iniciativas que oferecem apoio financeiro a famílias em situação de vulnerabilidade, como programas de transferência de renda, já demonstraram um impacto positivo significativo na permanência e no desempenho dos alunos. A ampliação do ensino em tempo integral, por exemplo, oferece um ambiente mais seguro e enriquecedor, com atividades complementares que estimulam o desenvolvimento integral. No entanto, para que essas ações sejam verdadeiramente eficazes, é preciso garantir sua continuidade, expansão e adaptação às realidades locais, alcançando as regiões e os grupos mais necessitados de forma permanente.

Outro pilar essencial para a transformação é a formação continuada dos professores. O educador é um mediador fundamental nesse processo e sua capacidade de compreender as realidades diversas dos alunos, de adaptar suas práticas pedagógicas e de desenvolver metodologias que estimulem o pensamento crítico é crucial. É necessário investir em programas de formação que capacitem os docentes a atuar de forma inclusiva, a valorizar o repertório cultural de seus estudantes e a construir estratégias de ensino que promovam a autonomia e o protagonismo. Sem professores bem-preparados e engajados, qualquer reforma educacional estará fadada ao insucesso.

Ademais, a escola deve ser um ambiente de acolhimento, capaz de reconhecer e celebrar a diversidade. Isso vai além da inclusão de alunos com necessidades especiais; abrange a capacidade de a escola acolher todas as

formas de pluralidade presentes na sociedade, como as diversas culturas, identidades e formas de aprender. Essa flexibilidade implica em repensar as práticas avaliativas, tornando-as mais formativas e menos punitivas, e em desenvolver currículos que permitam diferentes percursos de aprendizagem, adaptados às particularidades de cada um. A ausência de uma verdadeira cultura inclusiva pode levar muitos estudantes a se sentirem desmotivados, incompreendidos e, por fim, a abandonar os estudos.

Por fim, o envolvimento da família no processo educacional dos filhos é um fator de grande impacto. Muitas vezes, famílias em situação de vulnerabilidade social enfrentam desafios que as impedem de participar ativamente da vida escolar, como a falta de tempo devido a múltiplas jornadas de trabalho, a baixa escolaridade dos pais ou a escassez de informações sobre a importância da educação. É fundamental que as políticas educacionais desenvolvam estratégias para fortalecer o vínculo entre escola e família, criando canais de comunicação eficazes e oferecendo apoio e orientação para que os pais possam acompanhar e incentivar o aprendizado de seus filhos. Programas de parentalidade positiva e oficinas educativas para famílias podem ser ferramentas valiosas nesse processo.

Em suma, garantir oportunidades reais para todos os estudantes brasileiros significa entender a educação como um direito fundamental e um poderoso instrumento de equidade social. É um esforço contínuo que exige investimentos estruturais, formação docente de alta qualidade, metodologias pedagógicas inclusivas e um olhar atento e empático para as necessidades e realidades de cada aluno, especialmente aqueles que mais precisam. Somente assim poderemos romper o ciclo de desigualdades e construir um futuro onde todos, sem exceção, tenham a chance de aprender, se desenvolver plenamente e transformar suas próprias vidas e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Violências nas escolas. Brasília: UNESCO, 2006.

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo Mançano. A escola e a exclusão social. São Paulo: Cortez, 1995.

ARROYO, Miguel. Ofício de Mestre: Imagens e auto-imagens. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel G. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias: sobre experiências e processos de reconhecimento de direitos na educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. O Capital Social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice;

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins (Orgs.). Bourdieu & a Educação. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

CARNOY, Martin. Educação e Poder: Uma Introdução à Sociologia da Educação. São Paulo: Cortez, 2018.

CARNOY, Martin. O estado e a educação: uma análise da nova economia política da educação. São Paulo: Cortez, 2018.

CARVALHO, José Sérgio. Desigualdade social e educação: desafios para a equidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 2018.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A escola e a República: história das políticas educacionais no Brasil. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2018.

DOWBOR, Ladislau. A era do capital improdutivo. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil em 2019. Brasília, 2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 12.

ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. São Paulo: Cortez, 2005.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Desigualdades educacionais no Brasil: desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Bolsa Família: 18 anos de impacto na redução da pobreza e na promoção da educação. Brasília, DF: IPEA, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 41ª ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
INEP. Censo Escolar 2020. Brasília: Ministério da Educação, 2020.

SOARES, André; REIS, Carolina. A importância da alimentação escolar para o desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes. Revista Brasileira de Nutrição, v. 2, n. 1, p. 45-59, 2017.

SOARES, André; ANDRADE, Carolina. Impactos das políticas de assistência social na permanência escolar de crianças e adolescentes no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. 24, n. 1, p. 112-130, 2019.

SOARES, Sérgio; ANDRADE, Lívio. Educação em tempo integral no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

SOARES, Fábia; REIS, João. Nutrição e Aprendizagem: o impacto da alimentação na performance escolar. Salvador: EDUFBA, 2017.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Relatório sobre Educação e Desigualdade no Brasil. Brasília: UNICEF, 2022.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Situação da Criança e do Adolescente no Brasil 2022. Brasília, DF: UNICEF, 2022.